

ARTIGOS
ARTICLES
ARTÍCULO

Barth e a relação entre teologia e missão

Barth and the relationship between theology and mission

Barth y la relación entre la teología y la misión

Gabriele Greggersen*

RESUMO

O presente artigo é uma tradução, com uma introdução da tradutora, da palestra *Teologia e missão na contemporaneidade*, proferida na Conferência de Missões de Brandenburgo em Berlim, em 11 de abril de 1932 do teólogo reformado Karl Barth em trata das relações entre teologia e missão.

Palavras-chave: Karl Barth; teologia; missão.

ABSTRACT

The article that follows is a translation, with an introduction of the translator, of the lecture *Theology and mission in the contemporary world*, given at the Missions Conference in Brandenburg, Berlin, on April 11, 1932 by the Reformed theologian Karl Barth, and deals with the relationship between theology and mission.

Keywords: Karl Barth; theology; mission.

RESUMEN

O presente artículo es una traducción, con una introducción de la tradutora, de la conferencia *Teología y misión en el mundo contemporáneo*, presentado en la Conferencia de Misiones de Brandenburgo en Berlín, en 11 de abril, 1932, por el teólogo reformado Karl Barth sobre las relaciones entre Teología y Misión.

Palabras-clave: Karl Barth; teología, misión.

Introdução

O suíço Karl Barth é bem conhecido com um dos teólogos mais proeminentes do século 20, que também recebeu o título de “Pai da igreja” do século 20. Ele nasceu na Basileia, em 1886 e morreu na mesma cidade, em 1968. Sua teologia é chamada de “Teologia da Palavra de Deus”, teologia kerigmática e dialética, sendo considerado um dos fundadores da teologia neo-ortodoxa. Estudou e lecionou em universidades importantes da Ale-

* Profa. da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e doutora em História e Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Pós-doutoramento junto ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

manha e da Suíça e teve aulas com professores marcados pelo liberalismo como Adolf von Harnack, tendo tido influência de existencialistas como Kierkegaard e Rudolf Bultmann.

Durante a Primeira Guerra, ele fez parte do movimento da “Igreja confessante” e “Alemanha livre”, fez parte da resistência e lutou contra o rearmamento e reconstrução da Alemanha e a favor da paz após o término da mesma. A palestra, por nós traduzida e apresentada a seguir, foi oferecida nessa época, numa conferência missionária de 1932. Barth acabou sendo expulso da Alemanha por se recusar a começar as suas aulas com a saudação nazista, mas com uma oração.

Uma de suas principais obras é *Die Kirchliche Dogmatic* (A Dogmática Eclesiástica), que deixou inacabada, mas, sua *A Carta aos Romanos*, também é bem conhecida. Para mais informações sobre o autor, pensamento e obra, remeto ao excelente artigo de Franklin Ferreira (2015, on-line).

A palestra centra na figura de Cristo, como o Senhor a quem tanto a teologia quanto a missão devem servir em obediência, e indiretamente, na transcendência de Deus e na Palavra de Deus, como fonte dessa obediência.

Antes de falar do serviço que a teologia pode prestar à missão, Barth se refere longamente ao que ambas têm em comum. Em primeiro lugar, ambas são formas (diferentes) de obediência eclesiástica. Ambas são divinamente justificadas, ou seja, são única e suficientemente justificadas pela vontade de Deus nesse mundo. Ambas devem se respeitar mutuamente e a missão jamais deve esperar da teologia resposta para suas questões pragmáticas, pois ela tem a sua própria razão de ser, por mais que compartilhasse o serviço à igreja e ao Senhor Jesus Cristo com a missão.

A missão tem a peculiaridade de estar engajada na proclamação da mensagem kerigmática para os pagãos, que se encontram tanto dentro da igreja, quanto fora. Mas a sua função é essencialmente centrípeta, mais do que centrífuga. Sua pregação é uma forma de “tradução” da mensagem cristã para o pagão, principalmente o que se encontra no estrangeiro. Não deixa de ser também uma propaganda, mas não para uma série de atividades relatadas, mas para Deus mesmo e o Senhorio de Cristo.

Já a teologia se engaja em fazer o papel do anjo que lutou com Jacó, formulando e colocando as perguntas certas a cada momento da igreja e da sua missão. Assim, o texto se compõe mais de perguntas do que respostas, num esforço admirável que o autor faz de praticar o que está dizendo, pela proposta de uma lista infindável de perguntas à missão, que podem tornar a leitura difícil, mas que são extremamente atuais.

Nem mesmo é preciso comentar que se deve contextualizar o texto na sua época e no estado de desenvolvimento do pensamento do autor em ter-

mos de teologia e missão. Mas acreditamos que, por mais que o entendimento dessas palavras tenha mudado nos dias de hoje, principalmente em relação à missão voltada apenas para o pagão e mais para o estrangeiro, trata-se de um texto que pode servir muito bem de base para as discussões contemporâneas em torno das relações entre missão e teologia.

TEOLOGIA E MISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

*Palestra proferida na Conferência de Missões
de Brandenburgo em Berlim,
11 de abril de 1932*

Karl Barth

Se compreendi bem a solicitação que me foi feita no dia de hoje, então ela consiste em tentar responder à pergunta sobre o que o trabalho da missão cristã pode e o que não pode esperar da teologia na contemporaneidade. Somente o fato de que pessoas-chaves da missão estejam convidando um teólogo para tomar a palavra já é um indício de que a missão se coloca diante da teologia com algumas expectativas; e o título da segunda palestra anunciada diz ainda mais claramente que se pretende propor “tarefas” diretas à teologia. Por que é que a missão não deveria propor tarefas à teologia? Mas para evitar eventuais decepções, seria conveniente, antes de conversarmos sobre isso, dar lugar a uma reflexão sobre que tipo de tarefa uma teologia consciente de seu ser e responsabilidade pode se **deixar** propor, que **possíveis** expectativas poderiam entrar em questão em todos os casos. Gostaria de tentar contribuir para essa reflexão com o que eu possa dizer aqui, como é de praxe, a modo de prólogo ao que ouviremos em seguida.

Será de grande serventia ao esclarecimento de nossa questão, se iniciarmos com algumas definições e relações.

O que vem a ser **missão**? Com certeza ela quer ser uma ação da igreja, ainda que isso só se expresse de forma indireta do ponto de vista organizacional. Ação da igreja quer dizer: determinada configuração do testemunho da autorrevelação de Deus em Jesus Cristo, determinada configuração daquela ação humana que se entende como obediência à convocação de Jesus Cristo como sendo do Senhor, uma experiência¹ de fazer a Sua vontade, o que significa divulgar a Sua mensagem como a do Senhor, isto é, Daquele que é o Criador, Conciliador e Redentor da humanidade. Esse é o conteúdo da

¹ No sentido de experimento, tentativa, ensaio. N.T.

Palavra de Deus, de que Jesus Cristo é esse Senhor em verdade e realidade; isto é, da Palavra que Deus diz ao ser humano e à qual a igreja quer servir por meio de sua ação. É precisamente isso que também a missão deseja na igreja e com a igreja. Mas a estrutura específica pela qual a missão em especial quer servir à Palavra de Deus consiste na divulgação da mensagem de Jesus Cristo, ela se dirija àquelas pessoas que ainda não pertencem à igreja, isto é, que ainda não professam a autorrevelação de Deus em Jesus Cristo, que ao menos elas **ainda não ouviram** a Sua voz e que **ainda não pertencem** a Ele, no sentido de que a sua firme servidão em relação a Ele **ainda não se** tornou visível, por meio do serviço evangelístico da igreja que também os afetou, pelo seu reconhecimento próprio e pelo sinal confirmador da vontade de Deus que também se volta para eles, o batismo. Os seres humanos que estão postos sob essa condição de “ainda não” são os pagãos. A missão é e quer ser: a igreja que se volta para os pagãos e, nisso, se volta para fora. Esse voltar-se para fora, certamente também significa para dentro. Pois todo o cuidado é dispensado para que o pagão, depois de ter ouvido a mensagem, ter se arrependido e ter sido batizado dentro da igreja, continue vivendo nela. Nessa medida a própria igreja permanece sendo igreja de pagãos, de pecadores, de coletores de impostos. Nesse sentido, **toda** a ação da igreja é missão, mesmo que não receba esse nome explicitamente. Nesse sentido, o que a missão quer dizer explicitamente nada mais é do que um prolongamento daquilo que a igreja quer fazer para com os seus próprios membros, repercutidos no “ainda não”, em relação à proclamação, do arrependimento e do batismo contínuos. Mas, precisamente esse prolongamento é o distintivo da ação missionária da igreja. Na missão a igreja ousa fazer o que ela ousa sempre fazer por meio da repetição – verdadeiramente na forma de repetições desde a base, se ela se compreender a si mesma – a partir daí também na forma de recomeços. Poderíamos até afirmar: quão radical é a repetição que a igreja ousa apresentar às pessoas que são seus próprios membros, que ela lhes impõe, disso ela se conscientiza quando, ao mesmo tempo, ela ousa fazer começos com pessoas que nem ao menos são seus membros ainda. A igreja com pagãos no seu interior, os cristãos-pagãos, os pagãos que já ouviram, que já se arrependeram, já se batizaram, mas que nisso tudo ainda e sempre de novo se tornam pagãos, que carecem da repetição divina, da repetição do culto, da pregação renovada, do arrependimento renovado, da confirmação do batismo recebido – essa igreja transcende a si mesma na missão, e se confirma precisamente nisso como igreja de pagãos, quando ela se volta, com o mesmo culto que oferece aos seus membros, também e em especial para aqueles cujos “ainda não” não significam apenas a carência da repetição

necessária, mas a falta do começo necessário. Por meio não só da declaração da solidariedade com os pagãos de dentro e de fora, dessa solidariedade com o mundo, com a criatura, do povo na igreja **com todo o mundo, com toda criatura, com todos os povos**; mas também de seu acionamento, ela quer levar a sério o seu testemunho do Senhor, que é o Senhor, e a quem o ser humano também serve, **para além** de todo “ainda não” humano e **antes** de qualquer serviço que ela, a igreja, talvez possa prestar com a proclamação e reconhecimento visível de Seu senhorio e da subserviência do ser humano. É no acionamento dessa solidariedade humana, no sentido de declaração do Senhorio, da divindade de Jesus Cristo, que está a ação especificamente missionária da igreja.

Com certeza ela também quer ser uma ação da igreja, uma configuração do testemunho de Jesus Cristo, uma experiência de fazer a Sua vontade por meio da proclamação da mensagem. Mas, precisamente isso vale para ela num sentido diferente do que vale para a missão. A teologia se distingue da missão, mas, também, das demais proclamações da igreja, que não sejam no sentido estrito da missão, que não queiram ser elas mesmas proclamação da mensagem, mas muito mais a reflexão sobre essa ação, sobre a adequação dessa orientação. É claro que a teologia não se dá ao luxo de uma perspectiva intelectualizada de Deus, totalmente independente da proclamação da igreja, uma gnose da Revelação. Mas a teologia em si também não é proclamação, vamos supor, proclamação fundamentada filosófica e historicamente, proclamação para os eruditos e coisa que o valha. Num caso ou noutro, ela seria uma dublê, cuja existência não seria justificável em última instância em relação ao sentido e fundamento da igreja, e que naufragaria em sua superfluidade. A tarefa da teologia surgiu e surge a partir da completa insuficiência da proclamação da igreja, assim feita por mãos humanas. A teologia é um corretivo. Por meio da teologia a igreja faz a autocrítica verdadeiramente necessária, sobre até que ponto esteja em condições de proclamar a mensagem de Jesus Cristo da forma correta, pelo que faz a si mesma a pergunta verdadeiramente necessária sobre o conteúdo correto dessa sua atuação. A tarefa da teologia surgiu e surge a partir da possibilidade, que não pode ser negada em nenhum momento e estado da igreja, da heresia intraeclesial. A tarefa de pesquisa teológica e tarefa teológica do ensino é a de penetrar diante dela até o ensinamento puro, perguntando pelas origens, pela “verdade católica”, não de acordo com nenhum padrão de medida forjado qualquer, mas de acordo com o padrão que sempre se descobre e compreende em novidade, da Revelação que fundamenta a igreja, da forma como ela se nos apresenta por meio do que foi atestado pelos apóstolos e profetas. Pelo fato de a igreja não

conseguir se esquivar do reconhecimento de que necessita - precisamente por sua atuação mais característica no arrependimento diário, no voltar-se para as fontes - da purificação; pelo fato de a santidade da sua proclamação ser a santidade de uma igreja pecadora, cuja existência significa uma pergunta e uma tarefa, por isso ela faz surgir uma teologia. Por isso, ela precisa de pesquisadores/pesquisadoras e professores/professoras de teologia, por isso ela quer que seus/suas pregadores/pregadoras não sejam apenas personalidades bem intencionadas e de boa vontade, mas que sob quaisquer circunstâncias também sejam teólogos/teólogas. Pelo fato de a igreja em sua atuação não ter como se identificar com a atuação do seu Senhor, mas ter que se deixar orientar por Sua atuação e em direção à Sua atuação, é que a teologia tem sua razão de ser. Não que a teologia pudesse provocar essa orientação e direcionamento por si mesma. Ela só pode servir a esse fim, assim como a boa pregação só pode querer servir à atuação da Palavra de Deus. Mas da mesma forma que a Palavra de Deus demanda o serviço humano da pregação, da mesma forma o outro serviço humano, o serviço da correção e autocorreção do primeiro serviço - o cargo de ensino teologicamente atribuído ao posto de pregador/pregadora, de fazer a experiência de perguntar sempre de novo, em vista da pregação, pela analogia da fé que se perde - é sempre passível de se perder. Essa experiência da igreja obedecer é propriamente a teologia. Pelo fato de a igreja não querer a pregação sem ao mesmo tempo ter essa experiência de obedecer, por isso ela quer que os/as seus/suas pregadores/pregadoras também sejam teólogos/teólogas, para o que der e vier.

A partir daí, é possível traçar imediatamente uma linha entre missão e teologia: elas têm, em todos os casos, isso em comum: que ambas são tentativas de **obediência eclesiástica**. Quer dizer isso e rigorosamente apenas isso: o trabalho nessas duas tarefas, o trabalho missionário e o teológico. Significa ainda que em sentido e lugares muito diferentes, que a igreja quer cumprir a ordem de seu Senhor. Ambos é claro que são, como todas as obras humanas e obras de motivação humana, método e estabelecimento de metas. Mas perpassando todas as motivações, métodos e estabelecimento de metas, ambos querem ser obras da fé e rigorosamente apenas da fé. A missão como anúncio da mensagem de Jesus Cristo, agora também aos pagãos de fora, e a teologia como reflexão sobre a adequação da proclamação da mensagem dentro e fora, pressupõem a igreja como localização em que Deus se revela de tal forma, que confessa o reconhecimento e ação humanas; que se deve e pode trabalhar em nome Dele e ao Seu serviço, e com isso, sob a Sua bênção e com a Sua força. Com base nesse pressuposto e rigorosamente apenas com base nele é que se ousa fazer missão e teologia. Tudo o que

inevitavelmente concorre com isso em termos de outros pressupostos, deve estar subordinado a esse pressuposto e não pode, em nenhum sentido, ter seriedade última própria. Nesse sentido, ambos são empreendimentos indefesos e inseguros. Não se pode fundamentar a missão a partir de uma ética geral, da mesma forma como não se pode fundamentar a teologia a partir de um conceito geral de ciência. Ambas são comparáveis, dentro dos limites da humanidade, com as funções de uma delegação de um Estado estrangeiro. Mesmo sendo obras impregnadas e completamente humanas, elas querem ser completamente obras da fé. Elas são experiências de obediência da igreja. Mas temos razões para frisar fortemente a palavra “**experiência**”, levando ambas em consideração. Em primeiro lugar porque ambas realmente não podem se apresentar para fora como mais do que experiências nessa direção. Mas é claro que se pode reivindicar que se deve avaliar a essência da missão e da teologia com justiça apenas, no mínimo num primeiro momento, de acordo com a sua própria opinião e explicação e de acordo com essa sua própria intenção de ser obediência eclesiástica. Mas, precisamente essa sua própria intenção não pode ser revelada de forma tal, que ela se torne claramente visível para todas as pessoas, que um juízo de outro tipo sobre a sua essência simplesmente fosse excluído.

A missão também poderia, como é do conhecimento de todos, ser um instrumento de propaganda religiosa e civilizatória, ou até de desejos de poder político-econômico e a teologia uma espécie de jogo, quem sabe até uma espécie muito perigosa de jogo de especulação arbitrária e de autoafirmação e presunção intelectual. Qual é a missão e qual é a teologia que pode se gabar de não se encontrar na berlinda dentro de sua ação? Qual é a missão e qual é a teologia que seja capaz de se entregar apenas ao aspecto que a proteja mais ou menos de acusações desse ou de outro tipo? No momento em que a sua real intenção se torna visível, portanto, sempre que elas se tornam reconhecíveis como obras da fé, isso certamente não é mérito seu, mas ocorre à revelia das aparências que elas se dão e são capazes de se dar. Então, algo diferente delas mesmas, algo superior às suas obras humanas falou por meio delas. As suas obras humanas enquanto tais não poderão ser e poder reivindicar ser mais do que propriamente uma experiência de obediência eclesiástica. Mas há também uma razão interna para uma humildade como essa: se a missão e a teologia querem ser obras da fé por sua própria opinião e explicação, então elas dizem com isso precisamente que elas não acreditam ter a justificativa de sua existência em si mesmas, mas que a esperam receber da graça livre de Deus, que permanece livre.

Da mesma forma a igreja não existe verdadeiramente nunca e em lugar nenhum na medida em que haja pessoas piás, honestas e entusiasmadas

que tenham uma igreja e queiram ser uma igreja, mas sempre e por todo o lugar na medida em que Deus, em sua misericórdia queira ter a igreja, assim também não é a busca de boas intenções e ações humanas, mas coisa do propósito e confirmação divinos, se a missão e a teologia são o que desejam ser. Caso elas sejam o que desejam ser, obras de fé, então elas o são sobre o fundamento de pedra da eleição de Deus, que profere a Sua Palavra a Seu tempo e cujo Espírito sopra onde bem entende. O que elas são em si e por meio de si mesmas, nem a melhor missão e a melhor teologia poderá preservar da possibilidade, uma vez desamparadas por Deus, de se tornar coisa bem diferente, precisamente aquilo que elas não querem ser.

Elas serão obras justificadas pela fé, na medida em que elas se mantenham firmes acima deste abismo pela graça livre de Deus que permanece livre, e, não, na medida em que elas mesmas consigam se sustentar nessa posição. A glória de seu sucesso sempre será uma glória estranha, qual seja a glória de Deus. E a sua própria glória, a glória daquilo que o ser humano pode alcançar por meio da missão e da teologia, só poderá ser precisamente, de acordo com a sua autoconsciência, a glória modesta de um experimento. Em todos os casos, nesse posicionamento humilde a missão e a teologia têm que figurar juntas.

Precisamente nessa parceria é que cada uma delas pode e deve agora conscientizar-se da **particularidade** pela qual quer ser obediência eclesial. Uma vez que se estabeleceu que a missão e a teologia querem ser obra da fé e se, por isso mesmo, está estabelecido que o sucesso de ambas significa graça, mas que o querer humano em ambas significa experimento, então cria-se espaço para a **diferença** de cada uma dessas experiências. Pois é isso que sequer torna possível a vida da e na igreja: que ela se reconheça humildemente como corpo **terreno** de seu Senhor **celestial** em todos os seus membros e funções. Dessa humildade segue a objetividade eclesial. A missão e a teologia ganham espaço uma ao lado da outra, cada qual tendo o seu próprio espaço, quando se conscientizam de seus limites, em primeiro lugar, exclusivamente pela modesta justificação divina. E dentro desse limite que as envolve a ambas em conjunto, podem e devem haver fronteiras de suas tarefas bilaterais.

Vamos falar primeiramente do estabelecimento de limites que se torna **impossível**. Ele se torna impossível quando se confronta a Missão (ainda mais junto com a assim chamada missão interna e suas funções correspondentes da igreja oficial), de um lado, e a teologia, de outro: sendo que a primeira seria representada pelo amor cristão e a segunda, pela fé cristã. Ou então: a primeira sendo a obra e a segunda, a Palavra. Ou ainda: a primeira, o viver, e

a segunda, o pensar. Ou: a primeira, o apressar-se, a segunda, o esperar. Ou até: a primeira, o *fronteclesiástico*, e a segunda, no entanto, como se fosse a etapa de providência mais ou menos fiel de provisões e munições. Essas distinções bem intencionadas são fatais, porque elas contêm de forma aberta ou velada, juízos de valor, reivindicações de superioridade, alusões: que seja aqui e não ali, ou aqui mais do que ali, que aconteça o que há, o essencial, o que há de decisivo do que deve acontecer na igreja, pelo que se pode brigar por toda a eternidade se o que se tenha a dizer seja proveniente do “front” ou da “etapa”. Precisamente esses juízos de valor se tornam impossíveis, quando se estabelece que o que há, o essencial e o decisivo que deveria verdadeiramente acontecer na igreja, não ocorra **nem** pelo trabalho missionário, **nem** pelo teológico, **nem** por qualquer outro trabalho humano, mas pela boa vontade misericordiosa Daquele que solicita esse ou aquele trabalho para o Seu serviço e o aceita como serviço provado para Ele por obediência, onde e quando Ele se dignar a isso. Uma vez estabelecido isso, então terão que desaparecer da discussão, sobre e entre missão e teologia, principalmente aquelas distinções que pressupõem que hajam na igreja regiões tão especiais, em que haveria possibilidades maiores de avanço entre o desejar e o poder do ser humano e o Reino de Deus, do que em outros lugares. Viver **não é** mais do que pensar, da mesma forma acertada que pensar não é mais do que viver. As duas afirmações seriam *Philosophumenas*² que não teriam validade, pelo menos não na igreja de Cristo. Se a igreja, enquanto sujeito da missão, continuar sendo a dos cristãos pagãos não convertidos no mais alto grau e se ela for realmente, como sujeito da teologia, a igreja fortemente ameaçada de heresia de todos os lados na atualidade e a qualquer momento, então tanto o/a missionário/missionário quanto o/a teólogo/teóloga se encontram em um cargo, e humanamente falando, um cargo perdido, mas em que nem um/uma nem outro/outra esteja em posições dotadas de especial possibilidade de vitória. O avanço, a ocorrência daquilo que deveria ocorrer na igreja, não se deve esperar nem da missão, nem da teologia, mas da simples exclusividade do Senhor da igreja (e Desse apenas na medida em que for de Sua vontade misericordiosa).

A verdadeira diferença entre missão e teologia é uma diferença de **serviço**. Nem é possível se falar de reivindicações de superioridade de um lado ou de outro, porque os seus serviços se desenrolam em planos completamente diversos, que seria impossível concorrer entre si e, portanto, também não podem ser comparados em termos de juízo de valor. Somente uma pergunta poderia ter sentido aqui: a questão se e até que ponto elas podem servir uma à outra.

² Vem do grego e significa o combate a todas as heresias. N.T.

Na **missão**, trata-se – da mesma forma como na pregação, no aconselhamento e na instrução; da mesma forma que a missão interna e outras funções, pelas quais a igreja se volta para os seus próprios membros – do serviço da proclamação da mensagem cristã. Sendo que o especial na missão em relação àquelas outras formas da atuação eclesial se encontra no fato da igreja ser, por assim dizer, o sujeito puro desse serviço. Também não é objeto, como no outro caso. Na missão, a igreja não fala, por sua vez, com a igreja. Não se pressupõe aqui uma palavra já ouvida, nenhum Espírito Santo que já se tenha feito presente, da parte dos ouvintes da mensagem. O que se pressupõe é que eles odeiam a Deus e ao próximo e que servem a deuses falsos e que foi para eles, enquanto pessoas assim, que Cristo morreu e ressuscitou.

Como mensagem de missão, a mensagem cristã não é repetição, mas começo. Ela se dirige ao vazio, ela acontece em cima de esperança contrária a qualquer esperança. Ela só pode se articular àqueles pontos que ela mesma tem que estabelecer previamente, não àqueles que já estão presentes anteriormente e por si mesmos. Ela só pode ser anunciada de forma ditada e não parlamentada. Ela não conta com o desenvolvimento de algo já presente, mas com a criação do nada. Ela não proclama a cura de doentes, mas a ressurreição dos mortos. De fato é esse o modo de ser da mensagem cristã também na repetição, também na qual ela se volta para os próprios membros da igreja. A verdade e o poder da pregação na igreja se encontra no fato de ela ser ousada, sempre de novo, dessa mesma forma. Quanto mais ali aonde ela representa puro começo, assim como acontece na missão.

Precisamente aquilo que sequer faz da pregação da missão o protótipo da pregação da igreja, também é a marca do que torna o empreendimento que a igreja ousa realizar com a missão tão admirável. Ela ousa crer na possibilidade de um começo puro e de agir segundo essa crença. Ela ousa dizer algo às pessoas e exigir algo dessas pessoas que elas jamais poderiam saber ou desejar por si mesmas humanamente falando. Ela ousa tirar-lhes com uma mão o seu mais sagrado, sem com a outra poder oferecer-lhes um substituto à altura. Ela ousa colocá-las diante de uma decisão em que elas, depois de tudo que se pode saber e suspeitar, terão que fracassar. Ela ousa dar um salto em um ponto em que, de acordo com o juízo dos que têm bom senso, só a construção de uma ponte seria razoável e em que, de acordo com o juízo de todos/todas aqueles/aquelas que têm visão, até a construção de uma ponte também seria precisamente impossível.

Os métodos missionários podem ser muito diferentes entre si; suas diferenças não mudam nada no fato de que o serviço da missão se encontra,

em seu fundamento e núcleo, precisamente nessa ousadia. Tal ousadia não é possível sem certo grau considerável de confiança da igreja em si mesma. Ela tem que acreditar que ela, – a igreja dos pagãos! – seja capaz de confrontar os pagãos lá de fora, como mensageira no lugar de Deus, como emissora da luz nas trevas. Ela tem que acreditar que ela mesma tenha sido capaz de entender e captar a mensagem tão bem, que saiba o que quer e queira o que sabe, ao de fato confrontar o mundo lá de fora, tão rico em piedade, espírito e vitalidade de todos os tipos, munida dessa mensagem.

Ela tem que acreditar que sua vontade de ousar essa luta pela vida ou morte, a sua assim chamada “vontade missionária” não seja uma vontade própria e impura, mas uma vontade obediente e pura. Ela tem que se sentir capaz de se valer de palavras tanto na língua africana e asiática, que o ser humano criou de forma tão pouco apropriada para isso, quanto na hebraica, grega e alemã, ou antes, usurpar palavras de forma imperialista, a serviço da Palavra de Deus. Ela tem que se sentir em condições de dar a essa Palavra luz e ênfase, pela postura e liderança, pela sabedoria e humildade, pelo senso de irmandade de seus mensageiros, que afinal de contas só podem se apresentar aos outros como pessoas também falíveis e quebrantáveis e por natureza egoístas e nem um pouco (nem mesmo depois de muito tempo numa ilha solitária) como seres moralmente superiores. Ela tem que se sentir capaz de poder se responsabilizar diante de Deus e dos seres humanos quando ela, como acontece na Missão, não permanece ali onde Deus a coloca, mas que também se digna a ir além de si mesma, preparando-se para sair, por também querer ser a guardiã dos/das irmãos/irmãs que estão lá fora. Sem essa determinada, considerável confiança da igreja em si mesma, aparentemente não se pode ousar a ousadia da missão.

E agora, ao lado da missão, como experimento de obediência eclesial, coloca-se em algum lugar também a **teologia** e queremos saber como a teologia pode servir à missão e o que a missão pode e não pode esperar da teologia.

Pode-se dizer previamente duas coisas:

1. Se for verdade que também a teologia não passa de uma experiência de obediência eclesial, um **serviço** a ser prestado na igreja, então a missão só pode esperar da teologia coisas humanamente possíveis, mas não coisas que apropriadamente ela só pode esperar do Senhor da igreja e que verdadeiramente só pode esperar Dele. Por exemplo, seria exigir demais, se se esperasse da teologia que ela pudesse ou devesse “doar à igreja a ação missionária”, o que significa que ela fosse capaz de fazer surgir e desse fazer

surgir aquela confiança da igreja nela mesma, e com isso a ocorrência da ousadia missionária. Se tivermos uma compreensão séria dessa ocorrência, como então entendê-la como produto ou doação de uma teologia?

Mas também não se pode exigir da teologia que ela explique e formule a ordenança da missão de tal maneira que faça surgir uma poderosa “vontade missionária” na igreja como resultado palpável de seu trabalho. Por sua vez: Se essa vontade de missão é um assunto sério, como então se poderia determiná-la como resultado do trabalho teológico e esperar que surja daí? E mais: a missão não pode esperar da teologia que essa tenha por obrigação colocar à sua disposição quaisquer armas ou instrumentos, que permitam que a autoconfiança que a igreja tem que provar na missão seja menos arriscada e que a ousadia da missão possa se tornar menos impossível. Ela não pode, por exemplo, permitir que o missionário possua uma prova cabal do caráter absoluto do cristianismo. Ela nem sequer lhe tem a oferecer algum tipo de sistema da verdade e tradição cristãs. Ela também não pode lhe ensinar, e assim acalmá-lo previamente, quanto ao “ponto de contato” que a Palavra de Deus pode e deve achar com os seus ouvintes pagãos. E ela também não está em condições de fornecer ou transmitir algum tipo de convicção necessária para o seu serviço da fé cristã.

Ela antes terá que lhe dizer que tudo isso: a prova e o sistema e o ponto de contato e a convicção, esteja longe de poder ser encontrada na teologia ou em qualquer outra instância humana, mas sempre de novo em Deus. Se Deus algum dia, quem sabe, também quiser se servir da teologia para dar à missão aquilo que apenas Ele mesmo lhe pode e quer dar, isso é outra coisa. Mas a teologia não pode focar em satisfazer expectativas desse tipo. Ela não consegue fazê-lo, porque ela não pode deixar-se privar de sua postura de serviço. Mas a satisfação de expectativas desse tipo não seria serviço, mas pretensioso domínio. Se o tom que às vezes pode ser lido a partir da literatura missionária fosse para ser levado a sério: como se a satisfação de expectativas desse tipo fosse o critério de acordo com a qual a missão pudesse julgar o valor ou falta de valor de uma teologia, então a contraparte poderia ter a permissão de ser expressa: de que pelo menos um critério pelo qual a teologia se sabe julgada se encontra precisamente em que ela se mantém, em seu falar e agir, dentro de seus limites em relação àquilo que apenas Deus pode dizer e fazer. Caso a missão realmente queira teimar em expectativas desse tipo, então seria bom refletir sobre o fato de que também a missão não pode ser mais do que serviço, e não domínio, e por isso só pode pedir de Deus precisamente aquela parte decisiva disso de que ela necessita: a ação missionária, a vontade missionária, o poder missionário. Ela não pode reivindicar isso, como parecem denunciar

tais expectativas, da parte da teologia, como uma posse humana.

2. Se for verdade que existe espaço, dentro dos limites traçados em torno da justificativa divina, para serviços **diferentes**, então não se deve ficar impaciente, dentro do humanamente possível da parte da missão, com o fato de que a teologia seja, afinal de contas, teologia, e não propriamente missão. A teologia em si não pode “desaguar” na missão. Ocorre que o trabalho teológico tem sua própria lei e o seu próprio método. Se ele lhes for fiel, então certamente também servirá, de maneira implícita e indireta, à missão, da mesma forma que à Igreja, de qualquer maneira. E quando o trabalho da teologia ganha em significado missionário involuntariamente, também de forma direta, então isso certamente será sempre uma ocasião com a qual é permitido alegrar-se de ambos os lados, com gratidão. Mas não se pode admitir de encarar o trabalho da teologia, como alguns amigos/amigas da missão o fazem, apenas no sentido do quanto ele poderia render em termos de considerações diretas, referências e confirmações, para expressá-lo de forma mais séria: de cooperação direta em prol da missão e só dignificá-lo sob esse ponto de vista. O trabalho teológico quer, como qualquer ciência correta, agir por sua conta própria e não levando em consideração o seu alcance prático e utilidade de seus resultados.

Precisamente o seu sentido prático real só pode ser desbravado a partir de certo desinteresse e objetividade, que não quer colher sem ter semeado. Quem só pode ficar “grato” à teologia a partir do momento em que consegue achar alguma utilidade para ela, isto é, no momento em que lhe serve de mão na roda de seus próprios interesses, esse preferencialmente não lhe deveria agradecer, porque ela certamente não será para ele o que ela poderia ser. Também é recomendável ao missionário não querer encontrar na teologia o que ele precisa, ao alcance da mão, e pronto para uso. Ele terá que se envolver com a lei própria e o caminho próprio da teologia, que não são idênticos aos da missão, para contribuir seriamente com o alcance de sucesso. Se na igreja realmente não houver ninguém que tome para si a liderança das coisas do Senhor, então deve haver diferentes espaços e certo respeito mútuo por essa diferenciação.

O humanamente possível que se pode esperar da teologia para a missão, resulta da peculiaridade do trabalho teológico em contraste com o missionário, da mesma forma como as demais áreas de ação da igreja. Essa peculiaridade é determinada, em primeiro lugar, pelo fato de que a igreja é sujeito e objeto na teologia, de que nela a igreja fala para a igreja. Isso certamente vale também para as demais áreas de ação da assim chamada igreja local. Mas a teologia se distingue da missão e dessas demais áreas de ação da igreja local,

pelo fato de ela pressupor a tentativa da igreja de fazer jus ao seu serviço de proclamação que está em curso e o fato de que ela se volta agora para a igreja que age nesse serviço, questionando se essa ação está correta. Isso, não a partir da posição de um espectador, e não com o questionamento irresponsável de um espectador, mas como o próprio serviço eclesialístico e a obediência, mesmo como uma função necessária da igreja, mas agora como a função da igreja. Por meio dela, ela prova a sua proclamação em relação ao seu direito e fundamento. Por meio dela, ela a mede a partir de sua origem, à qual ela apela. Por meio dela, ela sempre tenta de novo ouvir, para poder falar com retidão. Com a teologia, a igreja quer sempre de novo se conscientizar – e a todo e qualquer instante como meio da intensificação que lhe é conveniente – tanto da necessidade quanto da ousadia de uma ação a partir da fé, da necessidade, mas também da ameaça de uma ousadia, como aquela que lhe é ordenada, mas também da necessidade da profunda reserva quanto à autoconfiança, de que ela carece para essa ousadia. Com a teologia, a igreja quer resistir à crítica – ou melhor, **não resistir** à crítica e muito antes se entregar sem reservas a ela, mais uma vez: não a alguma crítica estrangeira, imposta de fora, mas à crítica necessária de sua ação que irrompeu de seu próprio ser e essência da parte de seu Senhor. Somente criticada dessa forma, ela quer prosseguir agindo, ter e renovar a confiança em si mesma, ousar na confiança em si mesma o que ela tem que ousar. A teologia é a atenção da igreja para com o fundamento e objeto de sua proclamação.

Por isso é que a exegese da Escritura Sagrada (entendida no sentido mais lato do conceito) é a tarefa propriamente dita e central da teologia. Se a igreja não quiser ficar sem teologia, isso significa que ela não quer se esquivar a nenhum preço, aconteça o que acontecer, desse cuidado. É preciso dizer, primeiramente, que a igreja carece de fé, tanto para qualquer forma de ação, quanto não menos para essa ação crítica, em si mesma, da fé de que sob quaisquer circunstâncias e ao contrário de quaisquer aparências, seja bom e salutar deixar que o Senhor da igreja a envolva de todos os lados, dar-Lhe glória de todos os lados; seja porque Ele exige uma atuação ousada da parte dos Seus; seja porque Ele lhes dá uma confiança inabalável nessa atuação; seja então – e esse é o correlato divino objetivo para a obra humana da teologia – porque Ele traz precisamente essa ação em seu caráter humano, para o juízo mortificante e vivificante de sua Palavra. Se a fé da igreja não quisesse dar o seu sim também para esse último e, nesse sentido, para a tarefa da crítica teológica como para uma tarefa eclesialística, então ela não seria certamente fé, mas incredulidade.

O humanamente possível que pode ser esperado da teologia para as demais áreas de ação da igreja e assim também para a missão, consequentemente será que a Teologia acompanhe a proclamação de dentro e de fora com determinadas **perguntas**, que visam averiguar a sua relação com o seu fundamento e objeto. Elas estimulam a memória com seus insistentes E se? Como? Quando? O quê? Em relação a tudo, que tornam todos os esforços da proclamação válidos, apontando para a porta estreita pela qual até as maiores e mais maravilhosas atuações da fé, esperança e amor devem passar para serem o que querem ser. Bem entendido: a crítica verdadeira e eficaz da ação eclesial, e assim também da missionária, é efetuada pela própria Palavra e o próprio Espírito. É ela, e não a crítica teológica, que é a porta estreita. A obra humana da crítica teológica só pode servir simplesmente a essa crítica divina verdadeira e eficaz à igreja. Por isso é que nós não dizemos que seja prerrogativa da teologia fazer juízos contra a igreja, mas dizemos simplesmente isso: que ela tem a prerrogativa de fazer perguntas; perguntas que ela não pode responder de forma apodítica, mas que devem prestar seu serviço humanamente possível simplesmente como perguntas, visando apontar para o juízo apodítico divino, que o ser humano não pode antecipar, mas sempre apenas esperar e refletir sobre ele. Quando a proclamação da igreja tiver ouvido essa pergunta, quando o que ela tem a dizer tiver passado pelo fogo dessas perguntas, então a teologia terá lhe prestado o serviço que ela é capaz de lhe prestar e o qual é possível esperar dela.

Por fim, tentemos esclarecer-nos a partir de quatro pontos da problemática da missão na atualidade, retirados com exemplos e que devem ser desenvolvidos naturalmente apenas de forma vaga, sobre o sentido que poderia ter, se em especial a missão se deixasse acompanhar pelas perguntas da teologia.

1. A missão sempre valorizou, e o faz até hoje, deixar clara para si mesma e para toda a igreja, a assim chamada **motivação missionária**, isto é, justificar-se a si mesma como uma função essencialmente necessária da igreja, como uma expressão da vida indispensável da cristandade. As ideias mestras nesse sentido da missão atual, pelo menos na missão alemã atual são, se meu juízo estiver correto, resumidamente as seguintes: somos convocados para a missão por um lado pelo fato de possuímos em nossa fé um bem, um valor e uma riqueza, que nos constroem em si e por si para o compartilhamento. Compartilhamento esse que é nosso dever, como seus/suas proprietários/proprietárias felizes, para com aquelas pessoas que até agora estão privados dela. Também pelo fato de o trânsito mundial moderno, a economia mundial moderna, a política mundial moderna terem criado uma situação, pela qual

aquelas outras pessoas, que poderiam ter estado mais distantes da igreja, se tornaram fatural, espacial e moralmente próximas; uma situação pela qual aquele compartilhamento a partir de uma possibilidade livre, se tornou um dever evidente da igreja. Final e especialmente, pelo fato de que o evangelho que constitui a igreja e a cristandade, como o próprio nome diz, é mensagem em sua essência, que não quer descansar, mas correr; não quer ser obsessiva e apreciativa, mas comunicada. – As perguntas teológicas que se poderia colocar diante desse assunto e ideias poderiam ser as seguintes: A Missão, como tudo que a igreja faz, requer, de fato, justificação, isto é, apresentação dos seus motivos e como o mais ousado que a igreja faz literalmente, como aquela superação da igreja de si mesma, certamente uma justificação especialíssima. Mas será que ela tem clareza sobre o fato de que também e principalmente ela em última instância não pode se justificar a si mesma, mas só pode esperar por isso, como um ato de obediência de **ser** justificada, sem que ela possa lançar mão de uma garantia dessa esperança, como se parece poder e às vezes também querer lançar mão daquelas motivações missionárias? Será que todas as motivações da missão, que sempre se alegou, e será que também as motivações missionárias que se apresentam hoje, que são excepcionais em si mesmas, não são meras ilustrações de um motivo, que não se pode apresentar e pressupor, porque é idêntico ao desejo e à ordem atual de uma pessoa, qual seja a Pessoa Divina, do Senhor da igreja, de um desejo e ordem, que não se deixam enquadrar em nenhum sistema de entendimento, pontos de vista e razões humanas, mesmo se fossem dos/das cristãos/cristãs mais iluminados/as. Trata-se de um desejo e uma ordem livre, que querem sempre de novo, com a coragem de sempre, começar de novo do começo, serem lidos, ouvidos e entendidos a partir da Escritura Sagrada, cujo conteúdo sempre têm que descobrir, de forma aberta e disposta, o “Avante!” “Pare!” ou “Recue!”, que eles nos indicam, se não quisermos ser arbitrários? Será que até mesmo o/a missionário/missionário mais fiel, o/a mais convicto/convicta amigo/amiga de missionário/missionária, não ficará refletindo sobre o fato de que o conceito de “**missio**” era, na igreja antiga, um conceito da doutrina trinitária, qual seja o nome dado para o autoenvio divino, o envio do Filho e do Espírito Santo para o mundo? Será que é autoevidente que tenhamos a permissão de o conceber de outra forma? Afinal de contas, será que a origem inegável da missão moderna junto aos jesuítas e aos pietistas, isto é, o seu nascimento do espírito do cristianismo católico e protestante barroco, não é, no mínimo, uma advertência muito séria – mesmo quando não se pode e quer tirar dessa reflexão histórico-filosófica, as consequências objetivas que Paul Schütz tirou? Uma advertência contra a supervalorização característica

da época daquilo que o ser humano pensa poder e dever considerar divinamente bem intencionado, uma advertência, portanto, também contra toda e qualquer supervalorização de todos os motivos missionários apresentáveis? As advertências, em si, não importam quão apropriadas e verdadeiras sejam, o quanto se joguem para cima da gente; também podem ser resultado de uma sistemática, cuja arbitrariedade não tem nada a ver com obediência. A possibilidade de que o ser humano tome o que não lhe cabe na missão, poderia ser provado tanto quanto revidado pelas motivações missionárias apresentáveis. Por isso, será que não seria apropriado não torná-las válidas sem ao mesmo tempo admitir, que elas em si estão todas em risco, que contra todas elas ainda se possa, por mais razoáveis e necessárias que nos pareçam na hora, levantar objeções? Seria possível admitir que isso teria que ser mesmo essencialmente assim, se se reconhecesse, que não passamos, (realmente e em última instância, com nenhuma motivação missionária (que possamos alegar)), a não ser com o comando do Senhor que se promulga hoje e agora, para o qual se pode sentir-se chamado/chamada, por meio da oração, recebendo-o por meio de sua repetição e de seu cumprimento conforme foi ouvido – será que então não seria possível que a missão reagisse em caso de atentados contra a sua necessidade e justificação, como os ataques fortemente armados de J. T. Beck, ou hoje, do pouco menos armado P. Schütz, de forma um pouco menos nervosa do que aconteceu aqui e ali? Simplesmente pelo fato de que, então, ela saberia que ela já não se sustentaria em pé nem cairia com os seus motivos apresentáveis e atacáveis, de que isso só poderia servir para o bem dela, quando a sua vulnerabilidade lhe for novamente trazida à consciência, quando ela for novamente afastada de todas as possíveis autojustificativas, àquela justificativa que só pode lhe ocorrer e que é precisamente aquela que será em si a sua única justificativa verdadeira e eficaz. Pois o pressuposto do reconhecimento dessa justificativa é precisamente o reconhecimento de que toda e qualquer justificativa da missão possa ser atacada até à sua raiz. Será que a apologética missionária, cujos pronunciamentos podem ser atingidos por ataques assim, não tem sentido real, precisamente na medida em que não oferece **nenhuma** defesa muito séria, em que reconhece e admite a relatividade de seus próprios pronunciamentos e em que ela remete a missão, para além de todas as motivações missionárias, ao fundamento, que significa – com a maior ansiedade, com a qual ela deve encarar toda a obra humana, e não menos a Missão – também a sua prova fatal?

2. Intimamente relacionada à pergunta sobre a motivação missionária está a pergunta sobre o **chamamento** para a missão. A missão se apresen-

ta dentro da igreja de forma compreensível, antes de tudo, na forma de **propaganda** para a missão. E essa propaganda se realiza, se minha visão estiver certa, hoje como nos primórdios da missão, decisivamente na forma de **relatório** missionário, isto é, a exposição da necessidade concreta; das inibições e exigências; dos sucessos e fracassos do trabalho missionário. E isso também terá que ser assim mesmo. – Mas também quanto a isso deve-se colocar algumas perguntas teológicas. Aparentemente trata-se de uma graça especial e não de uma possibilidade autoevidente quando chega ao ponto, de se estar (como eu poderia dizer pessoalmente a partir de livros como o de Christian Keysser), de fato, fazendo propaganda para a **missão** com o relatório da **missão**. A distinção aparentemente introduzida por J. P. Lange e desenvolvida em especial por Martin Kähler entre missão e propaganda foi introduzida hoje, de forma indubitavelmente significativa na consciência pelo menos da missão alemã – qual seja em relação ao estabelecimento de metas para o trabalho exterior. Mas se poderia perguntar: Será que lhe foi feita justiça, também no estabelecimento de metas, talvez mais difíceis de determinar, para o seu trabalho local já da maneira que lhe é devida? Será que a expressão “relatório de missão” já não abriga em si uma dificuldade excêntrica? Ele deve fazer propaganda e para esse fim, compartilhar coisas decisivas. Mas, precisamente sobre o que é decisivo, que é: sobre o sofrimento real dos pagãos; sobre a força real do evangelho; sobre a conversão real; sobre a vida nova realmente desperta – não se pode fazer relatos, pelo menos não diretos, pelo simples fato de que essas coisas não sejam objetos de observação, pelo menos não de observação direta. Será que a missão pode estar suficientemente consciente de sua responsabilidade, na prestação de seus relatórios, precisamente porque eles devem ao mesmo tempo fazer propaganda? Será que ela tem consciência de que os Atos dos Apóstolos, com seus relatórios desse tipo, aliás, altamente diretos, são afinal de contas os Atos dos Apóstolos? Que eles são um pedaço do testemunho canônico da revelação única e extraordinária de Deus e de que, de forma alguma, ela nos foi dada, para que, pelas histórias (mais e menos brutais!) dos atos dos nossos missionários, ela fosse repetida, continuada e quem sabe até superada, como aconteceu com as lendas de santos antigos e medievais? Não seria possível à missão de hoje se libertar um pouco mais, precisamente em relação ao espírito barroco com sua necessidade de exibicionismo? Será que os seus relatórios não deveriam dizer antes menos do que mais, precisamente porque eles fazem propaganda para a **missão** e não para um partido ou negócio, mas, de preferência, que os escritores e redatores missionários não reivindicuem para si inspiração profética, muito menos em termos de pala-

vras finais ou em forma de tentativa de compartilhamento direto? Relatórios de missão devem ser dignos de crédito para ter força de propaganda, qual seja força de propaganda nessas coisas, assuntos de missão. Mas o que os torna dignos de crédito – pelo menos é assim que se deve pensar do ponto de vista teológico – é precisamente isso que, por meio do que eles dizem, eles **não** dizem – não dizem porque se apoiam no reconhecimento de que não se deve dizer e por isso também não se pode dizer. É importante frisar: precisamente devido ao poder de propaganda do relatório missionário é que se deve fazer essa pergunta. Para que é que ele deve fazer propaganda? Certamente para a missão como obra da fé! Certamente para aquilo que a igreja, a assim chamada igreja local, a igreja dos cristãos-pagãos se reconheça a si mesma e atue como aquilo que ela é a partir de casa: a igreja da missão! Não como associação ou sociedade missionária, não como um agrupamento de pessoas **decididas** arbitrariamente, mas (como comunidade) **chamada** para a ação missionária. Será que assim a propaganda poderá ser praticada com a reflexão necessária? Ou será que a missão não terá que se queixar de forma muito rápida e sob diversos aspectos com razão sobre a sua igreja local, cuja propaganda ela talvez não tenha sido exercitada com essa reflexão? Será que a lenda da salvação mais ou menos brutal pode fazer propaganda para outra coisa, se não, para a justificação de obras mais ou menos brutal? E será que a justificação de obras irá sustentar a missão a longo prazo, por mais que o seu rendimento seja fiel e abundante? A missão não seria um gigante com pés de barro, se ela, para poder viver, quisesse proceder de acordo com o princípio: ajude quem puder! Mas será que, se ela não quiser (proceder assim), a sua mensagem para a igreja local não terá que se desviar de todos os relatórios sobre o sofrimento e ações, condições e perspectivas humanas e voltar-se para os relatórios bíblicos que não requerem ser complementados, dos atos únicos e extraordinários de Deus? Será que a igreja missionária – que vê a missão como uma obra da fé e não da arbitrariedade carregada pela igreja missionária – não pode ser reunida de outra forma que não da mesma forma que a igreja em si é reunida? Mas isso na forma daquela repetição, e, portanto, definitivamente não por meio da propaganda, mas também ela própria pela missão e somente pela missão?

3. A literatura missionária de hoje é movida pela discussão sobre a versão certa da **tarefa missionária**. Será que os ouvidos certos para o evangelho significam decisivamente uma transformação espiritual interna do ser humano, será que, portanto, a tarefa da missão, a proclamação da mensagem consiste decisivamente em estar a serviço dessa mudança interna pela qual

o missionário já passou, mas que o pagão ainda tem pela frente? Ou será que a essência do tornar-se cristão/cristã se encontra na aceitação de uma nova estrutura de vida moral, cuja qualidade e bondade o missionário conhece como representante de sua igreja local europeia, mas da qual o pagão ainda não sabe, de modo que a tarefa consistiria nessa introdução e convencimento do mesmo para a vida naquela configuração? Isto é: na introdução e transferência da cultura e civilização cristã para aquela determinada pelo cristianismo? Ou será que se torna cristão/cristã aquele/aquela que encontra o seu caminho de forma interna e externa para a filiação de Deus, para a qual ele/ela foi criaturalmente determinado, por meio exatamente da figuração da estrutura de sua vida até então (em seus enraizamentos nas suas relações naturais, históricas e sociológicas) e que, sem saber, já está a caminho? E agora, ele experimentaria pelo ouvir do evangelho, em Cristo, por assim dizer, o seu despertamento, atualização e culminância naturalmente previstas, de modo que a tarefa missionária equivaleria a chamar o pagão – para o que o missionário seria capacitado e comprometido, como anunciador do evangelho – para si mesmo e precisamente, dessa forma, para Deus? Trata-se da velha abordagem **pietista**, da mal afamada abordagem **anglo-americana** e da abordagem inaugurada e representada especialmente por Bruno Gutmann, que se autodenomina a abordagem genuinamente luterana da tarefa missionária, para a qual com isso se deve apontar de forma breve. – A pergunta teológica já teria que ser encaixada na pressuposição conjunta dessas três abordagens. Será que a missão sequer pode equiparar essa ou aquela abordagem sistemática daquilo que Cristo representa para o ser humano, com o que Cristo mesmo quer realmente, e dentro da **Sua** realidade, representar para o ser humano? Será que a missão não teria que servir em primeira e última instância e sem desperdiçar o seu *pathos* em um sistema assim? É claro que ela não o fará **puramente**, e certamente ela não **poderá** fazê-lo nunca de forma pura. É claro que o fato de que Cristo não seja proclamado de nenhuma outra forma que não em uma tal abordagem sistemática pertence à humanidade da mesma forma como à igreja como um todo, e à missão. Mas será que este estado de emergência não deveria ser reconhecido como estado de emergência e assim, em toda a sua relatividade? Será que se pode apoiar essa ou aquela dessas três abordagens de outra forma, se não, partindo da condição de que é certo que se deve sustentar essa ou aquela forma, por meio da condução e do reconhecimento próprios, mas de que para além disso pelo menos se tenha consciência de uma condução e reconhecimento superiores; de que se está exposto à possibilidade constante de um recurso e da necessidade de se estar pronto a qualquer momento para a obediência

contra esse recurso e assim para desobediência contra o próprio sistema? Será que então o aspecto pietista ou civilizatório ou tradicional antigo não teria que se tornar uma concorrência honesta e inevitável da ação missionária, mas subordinada, por um princípio propriamente dito? E será que então, uma vez que se chegasse a um acordo sobre esse princípio, não se poderia também considerar – com toda a calma e sem grandes desejos de ter mais razão que o outro – as primeiras barreiras, mas também os momentos de verdade de todas as três abordagens? O que se deve lembrar em especial contra a abordagem de missão **pietista** já está em voga há muito tempo. O que significa a conversão, como experiência espiritual; como experiência individual; como propriedade humana? O que propriamente se deve imaginar que seja um missionário e um pagão convertido? Será que se pode abordar a tarefa da missão de maneira tão estreita, se ela quer ser realmente proclamação da mensagem do Reino de Deus? Mas hoje será apropriado também fazer a contra pergunta, em que já faz tempo que essas perguntas também ocupam vivamente a mente das missões orientadas pelo pietismo, em que praticamente inexistente uma missão originalmente pietista que já não tenha feito alianças de compromisso maior ou menor com outras orientações: Afinal, será que o que importa não é – de fato, sempre de novo e precisamente nos pontos decisivos – a conversão do indivíduo? Será que a tarefa não tem mesmo que ser abordada sempre de novo de forma no mínimo tão “estreita”? Será que a fórmula de Zinsendorf, de que o que vale seja “ganhar almas para o cordeiro”, se entendida da forma correta, não está, no fundo, dizendo sempre de novo tudo o que há para ser dito? Da mesma forma, seria jogar água no mar, se se fizesse muito barulho numa conferência de missões quanto à pergunta teológica que certamente se deve fazer em relação ao espírito e funcionamento missionário **anglo-americano**. Perguntamos – quem sabe de forma quase demasiadamente muito autoevidente e rotineira e certa de que a nossa própria abordagem seja melhor, quando o fazemos aos que defendem essa abordagem – se com tanto moralismo o evangelho do Reino de Deus não acaba sendo compreendido de forma muito rasa, se o ser humano não esteja sendo encarado de forma muito otimista, se os abismos da existência humana cultivada não estejam sendo tapados com a peneira, e se a majestade de Deus e principalmente o futuro do Senhor não esteja sendo reduzido até que não possa mais ser reconhecido? Será que um documento teológico dessa abordagem de missão como a mensagem da Conferência de Jerusalém pode ser colocado lado a lado em termos de conhecimento e conteúdo de testemunho com os símbolos da igreja primitiva e com as confissões da Reforma luterana e calvinista, nem que seja de forma

remota? A não ser que com isso tudo tenhamos mais do que razão e razões suficientemente sérias para pensar ou crer de forma diferente. Mas não esqueçamos: é possível se fiar da mesma concepção da criação, numa formulação um pouco diferente (para justificar a concepção ocidental), a que costumamos nos associar para formular uma antítese supostamente pura contra ela. O termo “organização” é tão poderoso em termos metafóricos, quanto o termo tão caro ao pensamento alemão “organismo”. Coisas como: ter uma sensação bem viva naquele mundo missionário assim tão diferente, também e precisamente para os expoentes acessíveis da ajuda humana externa para as dificuldades humanas; encarar firmemente determinados objetivos relativos na mudança das coisas humanas; levar a sério e se valer seriamente da vontade humana dentro de seus limites; achar que se está vendo uma relação entre a unidade entre Adão e Cristo e uma humanidade unificada – tudo isso não são coisas que se pode simplesmente condenar teologicamente. Embora a sua manifestação e utilização pudesse ser condenada, com razão, à luz daquela cautela em relação à condução e solução próprias. Mas elas não se podem condenar nem mesmo na Alemanha luterana, pois farão lembrar certos problemas mal interpretados em sua própria posição. E agora parece que se tem hoje, por meio do ensinamento de B. Gutmann, boas perspectivas de tornar a abordagem especificamente alemã mais ou menos representativa em contraposição à anglo-americana. Mas aqui deve-se levar em conta principalmente a pergunta se esse ensinamento realmente esteja separado por um abismo tão profundo do anglo-americano, como Gutmann e seus discípulos o parecem crer. Eles poderiam se diferenciar da mesma forma como as cosmovisões conservadoras e liberais, românticas e revolucionárias. Mas essa diferença não deveria ser colocada em igual patamar pelos teólogos, nem mesmo nos tempos mais efervescentes, com a diferença entre céu e terra, o reino de Deus e o reino do mundo. Trata-se de uma diferença intra-humanitária, mas de nenhuma diferença teológica. E se agora fosse o caso de a concepção do “humanitarismo livre feito de laços eternos” significar uma absolutização parecida do princípio humanitário, como a fé no desenvolvimento e civilização dos ocidentais no lado oposto – a confiança na identidade entre Cristo e a própria concepção de Cristo não é inferior nem aqui nem ali – então ambas não seriam logo uma ameaça bastante secular da tarefa propriamente missionária? O que é que significa o secularismo, o que ele pode significar, se não que Cristo surge e desaparece de uma determinada abordagem cristológica qualquer, e o que resta é o ser humano – pelo que a pergunta se esse seja o ser humano civilizado ou arcaico, certamente não faz uma diferença assim tão grande! Será que a arbi-

trariedade da posição de Gutmann não se mostra já na unilateralidade bela, mas teologicamente bastante suspeita, com a qual ele se atreve, com tantos contemporâneos, a tornar o artigo da criação o *articulus stantis et cadentis ecclesiae*? Será que a pregação do juízo, da reconciliação completa realizada por meio de Cristo por nós, da justificação somente pela fé – não estou me referindo à proclamação de Gutmann como missionário, mas na teoria missionária de Gutmann – não está mais de acordo com o seu direito do que os protocolos de Jerusalém? Será que a provavelmente inspiradora literatura de Gutmann não está sendo lida como única variação para a melodia mais do que formosa da velha cobra: *Gratia non tollit sed supponit et perficit naturam*? E isso é para ser luteranismo? E era para lá precisamente que a viagem deveria prosseguir agora? Bem, não poderemos perder nem mesmo aqui a oportunidade de ouvir o que temos que ouvir. Será possível que Gutmann não esteja à frente do pietismo com o reconhecimento simples e cheio de implicações, aplicado de forma tão impressionante por Christian Keysser na Nova Guiné, de que os povos sejam o objeto da ordem missionária e, portanto, também têm que ser objeto da missão? E será possível que ele não esteja à frente do anglo-americanismo, quando ele convoca a missão para o reconhecimento da **maldição** que a assim chamada civilização cristã traz consigo por todo lugar e para a luta não preconceituosa aberta contra as consequências dessa maldição? – A teologia terá que levantar **todas** essas perguntas. Em algum lugar no meio dessas perguntas – sobre onde exatamente a Teologia não tem o direito de decidir; ela só pode se empenhar no sentido de que todas as perguntas sejam vistas e permaneçam abertas – encontra-se a tarefa missionária bem colocada, que não permanecerá oculta para aqueles/aquelas que exercitam seriamente a conscientização dia após dia, como nós, seres humanos, necessitamos fazer.

4. Para finalmente darmos a palavra à questão “Teologia e **pregação missionária**”, é preciso lembrar, de forma especialmente evidente, de que se trata em tudo isso da Teologia que **acompanha** a missão. Portanto, não se trata de uma coisa que se providencia em algum lugar em um gabinete de estudo longínquo por um estranho; mas de uma coisa, que diz respeito ao/à missionário/missionária ou amigo/amiga de missionário/missionária, com o qual ele está disposto a se envolver até certo ponto. A teologia do estranho, do professor/professora de teologia, por exemplo, só poderia ser de serventia em relação ao conteúdo de sua pregação, se ela o motivasse para o trabalho teológico próprio, então não seria ela, mas no melhor das hipóteses a própria teologia do/da missionário/missionária motivada por ela

que poderá dar uma orientação concreta para o conteúdo concreto de sua pregação. Toda e qualquer pregação e assim também a pregação missionária é um acontecimento e uma decisão, para a qual o/a pregador/pregadora carrega uma responsabilidade que, em última instância, ninguém pode lhe tirar. Como é que, por exemplo, um teólogo europeu alienado poderia prescrever até onde seja apropriado para ele – (que se encontra) num país longínquo do outro lado do mundo, no estrangeiro em termos de língua e imaginação, em uma situação, que se foge totalmente do julgamento daquele que não a conhece com precisão – adotar ou não adotar adaptações psicopedagógicas no emprego de parábolas e ilustrações? Como é que ele estaria em condições de lhe dizer, de uma maneira geral, o que ele pode ousar, e quem sabe precisa ousar, quando se refere à existência natural, moral e religiosa do pagão, da forma como ele a encontra? Siegfried Knak fez a pergunta, se o missionário africano fez bem, na abertura da sua pregação missionária, em chamar a atenção dos seus ouvintes para a segurança de suas cabras e ovelhas sob os cuidados do pastor, a fim de em seguida lhes deixar evidente que também o ser humano precisa de um/uma pastor/pastora. Sem conhecer as circunstâncias mais específicas eu pensaria que esse missionário fez bem, porque parece tratar-se nisso aparentemente de um “esclarecimento”, isto é, de um experimento da linguagem, que certamente poderia servir para fazer jus ao conteúdo do Salmo 23 e João 10. Mas S. Knak continuou perguntando, a partir daí, se o missionário da China estaria errado, se dissesse ao seu companheiro, aos pés do “monte de mármore”, diante dos portais de Pequim onde o imperador chinês, que é o filho do céu e ao mesmo tempo o sumo sacerdote da humanidade, tinha que “prestar a homenagem à natureza mais nobre, que nos é conhecida: “Tire as suas sandálias, pois a terra onde pisa é sagrada”? Aqui novamente, sem conhecer as circunstâncias mais específicas, eu diria que o missionário certamente estava errado, pois a situação já estava muito estranha, mesmo se uma observação tão solene de uma divindade (ainda na forma de uma citação de um pronunciamento divino de Êxodo 3) tivesse algo que ver com pregação missionária. Eu, de minha parte, poderia formular uma terceira pergunta como exemplo: Será que Ernst Johannsen tem razão quando ele se permite chamar de mistérios as condições de existência do ser humano do oeste da África: a ligação visceral, a consciência de si, a corporeidade e, afinal de contas também, a sua fé religiosa e, como se deve supor, como pregador missionário **propriamente dito**, também empurrá-las “para a luz do evangelho”? Eu, de minha parte diria: ele não tem razão, porque parece estar ocorrendo uma confusão linguística e talvez também uma confusão na orientação de uma teologia natural, que teria a

vantagem da maior sobriedade em relação ao Vaticano, com seu uso muito mais cuidadoso da palavra “mistério”. Mas como tais julgamentos poderiam ser proferidos de outra forma que não, de forma irregular e com cautela? Para dar uma resposta rigorosamente teológica às perguntas de Knak frisadas, eu poderia devolvê-las a ele ou à missão e dizer: eis aí precisamente a relação entre teologia e pregação missionária, que também precisamente o/a missionário/missionária se sinta pressionado por perguntas assim pelo certo e o errado, de forma preferencialmente ininterrupta (note bem: por sua justiça interna e objetiva) a respeito daquilo que ele ousa apresentar e que ele se deixa pressionar por tais perguntas honestamente sem consideração pelo que possa resultar disso de forma prática. Mas as perguntas teológicas serão aquelas perguntas, que resultam da relação entre aquilo que o/a missionário/missionária pensa poder ou dever ousar por motivos práticos, psicopedagógicos, das ciências antropológicas e da religião, de modo formal, ou seja, linguístico; e aquilo que lhe é ditado pela Sagrada Escritura, entendida como conteúdo daquilo que ele/ela deve dizer sempre e sempre de novo. Ele/ela já será lembrado de forma ininterrupta da pergunta teológica pelo reconhecimento evidente do relacionamento fundamental de subordinação e superordenação dessas duas instâncias: do problema da linguagem aqui e do testemunho da revelação bíblica ali, e de que tal relacionamento existe, isso é, quem sabe, o melhor, e em todos os casos, o decisivo que a teologia poderá lhe dizer. Ele/ela poderá, então, se aceitar o que lhe for dito, se valer de toda a liberdade possível naquele patamar subordinado em relação ao problema da linguagem. Mas ele/ela deverá saber que se trata de sua liberdade para o serviço como proclamador/proclamadora, cujo mestre é a palavra, mais precisamente a palavra escrita; mas não da liberdade para dar uma configuração indiana, chinesa ou africana ao evangelho, que julgar necessária do ponto de vista pedagógico, isto é, trazendo-o para um novo sistema. Pois ele/ela não tem a liberdade de um *Führer* – essa expressão profana dificilmente teria algo que procurar na igreja de Jesus Cristo no estrangeiro e na pátria – mas a liberdade do servo, e mais precisamente do servo não de seres humanos, mas de um servo da **palavra para os seres humanos**. Ele/ela não voltará a sua atenção para uma configuração histórica especial do evangelho, nem uma europeia, nem uma asiático-africana, mas para uma configuração essencial e superior, cuja concretização é precisamente a revelação, que é testemunhada a ele/ela, da mesma forma que ao/à pregador/pregadora (que se encontra) na pátria, pela Escritura e apenas pela Escritura. Ele irá “aderir” – e como não aderiria: toda linguagem é uma adesão! – ao todo dos seus ouvintes e, então, por que não também às suas condições de vida religiosas, mas nem

só por isso ele/ela enriquecerá a confissão cristã e a pregação cristã pela doutrina de um “ponto de adesão” à uma “revelação natural” diante da revelação. Pois ele/ela saberá que o ponto de adesão real não se encontra no campo e no poder da linguagem humana. Saberá que certamente a relação entre pessoa e pessoa, e assim a relação entre missionário/missionária e pagão/pagã é uma relação continuada, mas que a relação entre Deus e o ser humano, que é do que trata a igreja e a missão, é descontinuada. Saberá que o milagre não é uma construção de pontes e que deva ser divulgado como milagre e não, como manifestação elevada da natureza. Como ele/ela poderia não saber disso? E se ele/ela sabe do que se trata na missão, como então ele/ela poderia tornar as coisas fáceis para ele/ela e querer se esquivar dessa pressão? Será que estou enganado, quando manifesto a impressão de que aqueles/aquelas que revidam e esperam – precisamente nesse ponto, mais da teologia, pretensamente mais, como uma especulação útil sobre a síntese originária entre Deus e o ser humano – podem ser encontrados, de uma maneira geral, mais entre os/as teóricos/teóricas da missão na pátria, do que nos campos missionários mesmos?

Cheguei ao fim. Poderíamos frisar novamente que precisamente tudo o que foi dito por último, poderia ser entendido apenas como exemplo e alusão. O peso maior daquilo com que se pretendia aqui contribuir, estava no começo e no meio da palestra. Peço que se entenda todo o dito a partir daí.

E agora, fala-se da “paralisação da vontade missionária” pela teologia, especialmente por uma determinada teologia da contemporaneidade. Eu não me surpreenderia, caso se ache que essa queixa esteja confirmada por essa palestra. Eu aceito essa queixa e lembro que todos nós conhecemos um homem na Bíblia, que **tinha** que se tornar paralítico, e deixar-se estar paralítico, para cumprir o papel de paralítico e receber o nome de Israel. A teologia não é o anjo de Javé. Mas poderia ser que a sua função na igreja e assim também em relação à missão esteja em linha com aquilo que aquele anjo fez a Jacó. E se assim é, então a missão também não deveria apresentar nada mais do que queixas contra esse seu parceiro.

Referências Bibliográficas

BARTH, K. “Die Theologie und die Mission in der Gegenwart,” *Theologische Fragen und Antworten*. Zollikon: Kranich-Verlag, 1957.

FERREIRA, F. Karl Barth: uma introdução à sua carreira e aos principais temas de sua teologia. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_VIII_2003_1/v8_n1_flanklin_ferreira.pdf>. Acesso em: 15/09/2015.

Artigo recebido: 10/10/2015

Artigo aprovado: 05/12/2015